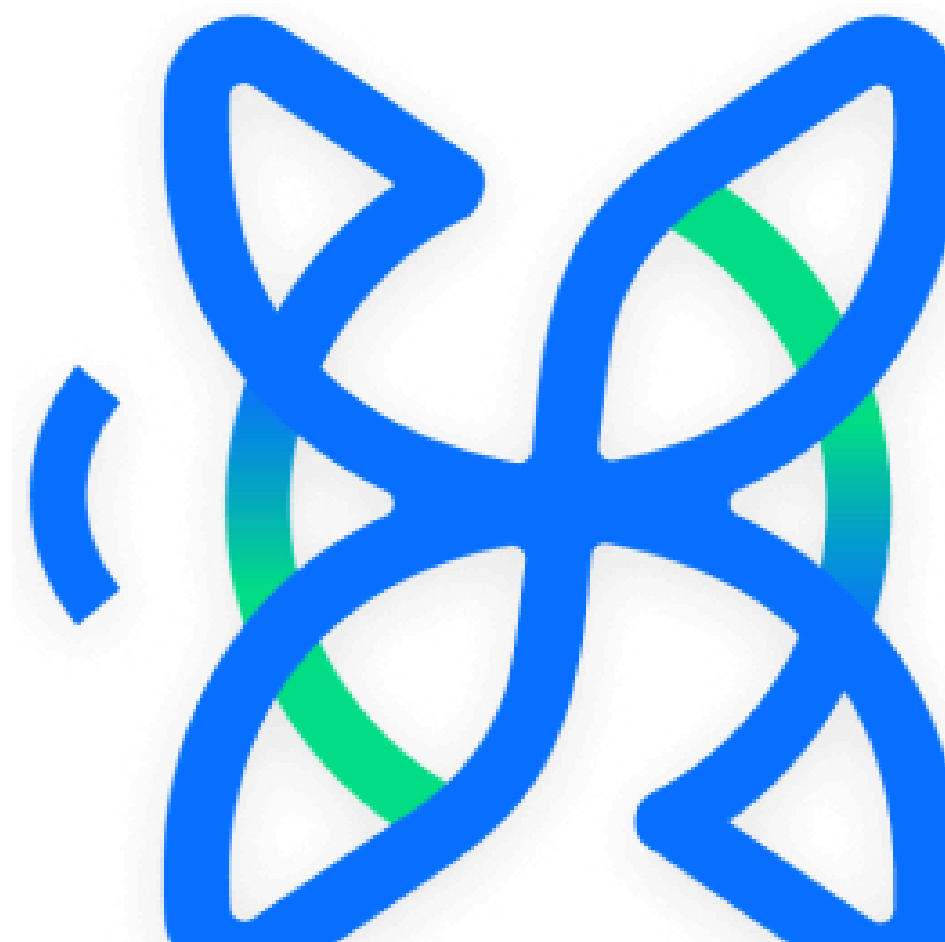


MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Demonstrações Financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2024

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente



MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

Relatório da Administração	2
Relatório dos auditores independentes	4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais - Ativo	9
Balanços Patrimoniais - Passivo	10
Demonstrações dos Resultados	11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Demonstrações dos Valores Adicionados	15
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	16

Relatório da Administração

A Multiplike

Fundada no ano de 2012, a Multiplike Securitizadora S.A. é uma empresa do Grupo Multiplike que atua como intermediário entre empresas que possuem direitos creditórios a receber e investidores interessados em adquirir títulos lastreados nesses direitos. Com sua expertise em securitização de recebíveis, a empresa oferece soluções financeiras personalizadas para diversos setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro.

A Multiplike nasceu da visão de que as empresas mereciam mais do que as limitações impostas pelo sistema bancário tradicional. O mercado de crédito estava repleto de barreiras burocráticas. E assim, surgiu a Multiplike para atender de forma personalizada a verdadeira necessidade de cada cliente, otimizando o acesso ao crédito para empresas.

Nossa sede está localizada em um dos principais polos industriais do país. Com mais 3.958 m², a nossa sede é ampla e moderna, sendo um dos maiores escritórios da região de Joinville - SC.

O mercado

Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para as empresas, tem crescido em ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores.

A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia comum de captação de recursos, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação.

Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das empresas, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

De acordo com informações da ANBIMA, em 2024 as empresas captaram o valor recorde de R\$ 783,4 bilhões no mercado de capitais, com um crescimento de 66,7% na comparação com o ano anterior. Apenas em dezembro, as ofertas somaram R\$ 99,4 bilhões, o maior resultado mensal de toda a série histórica, iniciada em 2012, indicando que o mercado de capitais se consolidou como fonte de financiamento para a economia real, contribuindo para viabilizar projetos estratégicos e para o desenvolvimento do país como um todo.

As debêntures atingiram R\$ 473,7 bilhões entre janeiro e dezembro, com os recursos sendo destinados principalmente para investimentos em infraestrutura (25,7%), gestão ordinária (24,5%) e pagamento de

dívidas (23,4%). Considerando apenas os papéis com benefício fiscal pela Lei 12.431, o volume também é recorde: R\$ 135,0 bilhões.

No mercado secundário, o volume negociado de debêntures chegou a R\$ 707,6 bilhões, o maior patamar da série histórica, com um crescimento de 59,2% em relação a 2023. Os papéis com incentivo fiscal responderam por R\$ 278,6 bilhões desse montante, mais do que dobrando (115,8%) o valor registrado no ano anterior.

Nossos Resultados

O ano de 2024 foi marcado por avanços importantes em nosso planejamento interno, que prioriza um fluxo de caixa livre mais robusto e a melhora do retorno sobre o capital investido. A evolução das iniciativas ocorreu dentro do esperado e após reestruturações necessárias durante o exercício.

No exercício de 2024 atingimos a marca de R\$ 93.048.615,26 (noventa e três milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e quinze reais e vinte e seis centavos) de faturamento, frente a R\$ 81.320.920,57 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos) em 2023. Nossos custos e despesas em 2024 totalizaram R\$ 89.905.309,74 (oitenta e nove milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e nove reais e setenta e quatro centavos) perfazendo o resultado líquido positivo de R\$ 2.146.043,42 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, quarenta e três reais e quarenta e dois centavos). O patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 3.425.442,07 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sete centavos) em 31 de dezembro de 2024.

Em 2024 foram distribuídas no mercado nacional R\$ 268.454.224,85 de debêntures.

Perspectivas para 2025

Nosso propósito continua sendo o de impulsionar a economia do Brasil destacando-se como a melhor gestora de recursos para grandes players do mercado, por meio de um time de alta performance e comprometido com os resultados, buscando ser uma empresa de referência em crédito, utilizando processos disruptivos que agregam valor aos negócios de nossos clientes.

Em 2025 vamos continuar investindo na capacitação de nossos colaboradores e na infraestrutura da empresa, prezando por um bom ambiente de trabalho e condições favoráveis para realizarmos negócios de forma segura, sólida e sustentável em busca de melhores resultados.

Agradecimento

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada em nossa Companhia e aos nossos colaboradores e parceiros pela dedicação e comprometimento junto aos nossos ideais empresariais e de geração de valor para com a sociedade.

VOLNEI EYNG
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros, Acionistas e Administradores da

Multiplike Securitizadora S.A.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplike Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplike Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita com deságio

Conforme descrito na nota explicativa nº 01, a principal atividade da Companhia é a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria, e a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Debêntures, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Esse tema foi considerado como relevante em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como conduzimos o PAA em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) verificação das emissões por amostragem; (ii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Securitização; (iii) recálculo dos valores a receber oriundos da securitização de recebíveis; (iv) conciliação contábil da carteira; e (v) inspeção da liquidação financeira e das baixas dos recebíveis.

critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Pinhais, 28 de março de 2025.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 011842/O-5
CVM Nº 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR Nº 044.768/O-3

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

		R\$ mil	
		2024	2023
ATIVO			
CIRCULANTE	Nota	415.277	179.577
Caixas e Equivalentes de Caixa	5	112.847	10.871
Direitos Creditórios a Receber	6	301.949	168.389
Créditos Tributários		404	209
Outras Contas a Receber	7	76	108
NÃO CIRCULANTE		2.836	2.377
Investimentos		30	18
Imobilizado	8	2.774	2.327
Intangível		32	32
TOTAL DO ATIVO		418.112	181.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

		R\$ mil	
		2024	2023
PASSIVO			
CIRCULANTE	Nota	140.872	30.668
Empréstimos e Financiamentos		-	-
Obrigações Tributárias		2.084	445
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias		3.430	6.264
Outras Contas a Pagar	9	135.358	23.959
NÃO CIRCULANTE		271.669	140.819
Empréstimos e Financiamentos		-	-
Debêntures Captadas	10	271.669	140.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.571	10.467
Capital Social	12	1.000	1.000
Reserva Legal		200	200
Reserva de Lucros		4.371	9.267
TOTAL DO PASSIVO		418.112	181.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	R\$ mil	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	93.049	81.321
Receita com Deságio	93.049	81.321
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(3.811)	(3.251)
Impostos e Contribuições	(3.811)	(3.251)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	89.238	78.070
RECEITA(DESPEAS) OPERACIONAIS	(86.443)	(78.303)
Financeiras	(14.646)	(13.274)
Gerais e Administrativas	(71.797)	(65.029)
RESULTADO OPERACIONAL	2.795	(233)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(649)	(205)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.146	(438)
Lucro por Ação	2,15	(0,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

	R\$ mil	
	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	2.146	(438)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTE DO TRIMESTRE	2.146	(438)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023.**

(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAIS	
					2024	2023
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.000	200	9.267	-	10.467	9.465
1 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	-	-	-	-	-	-
2 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	3.337		3.337	1.440
3 - TRANSFERÊNCIAS	-	-				
2 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-		2.146	2.146	(438)
3 - DESTINAÇÕES						
- Transferências			2.146	(2.146)		
- Dividendos	-	-	(10.379)		(10.379)	-
- Reserva de Lucros	-	-	-		-	-
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.000	200	4.371	-	5.571	10.467
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(4.896)	-	(4.896)	1.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Método Indireto)

(Valores expressos em milhares de reais)

	R\$ mil	
	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	2.146	(438)
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LIQUIDO AO CAIXA LÍQUIDO		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Depreciação e Amortização	60	16
	2.206	(422)
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO DE ATIVOS OPERACIONAIS		
Direitos Creditórios a Receber	(133.560)	(54.328)
Créditos Tributários	(195)	(209)
Outros Créditos a Receber	32	254
	(133.724)	(54.283)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE PASSIVOS OPERACIONAIS		
Obrigações Tributárias	1.639	(1.550)
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	(2.834)	4.861
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	-
Outras Contas a Pagar	111.399	18.124
	110.204	21.435
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(21.313)	(33.270)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debentures Captadas	130.850	35.437
Empréstimos e Financiamentos	-	(19.319)
Dividendos Distribuídos	(7.042)	-
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO	123.808	16.118
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(507)	(312)
Investimentos	(12)	(11)
CAIXA (APLICADO) ORIUNDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(518)	(323)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	101.976	(17.475)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	10.871	28.346
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	112.847	10.871
	101.976	-17.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

**Demonstração dos valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2024 e 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	R\$ mil	
	2024	2023
RECEITA		
Receita	93.049	81.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>93.049</u>	<u>81.321</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
CUSTOS		
Materiais, Energia, Serviços de terceiros, outros	(22.081)	(22.448)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>70.968</u>	<u>58.873</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	3.463	1.768
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>74.430</u>	<u>60.641</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
<u>PESSOAL</u>		
Remuneração	38.242	34.915
Outros benefícios	4.041	685
FGTS	1.793	1.741
	<u>44.075</u>	<u>37.341</u>
<u>TRIBUTOS</u>		
Federais	10.100	8.683
	<u>10.100</u>	<u>8.683</u>
<u>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS</u>		
Juros	37	696
Despesas bancárias	2.741	1.177
Outros	15.331	13.182
	<u>18.109</u>	<u>15.055</u>
<u>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO</u>		
(Prejuízo) / Lucro do exercício	2.146	(438)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>74.430</u>	<u>60.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.

(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores em R\$ mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria, e a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Debêntures, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades.

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado pela transformação da sociedade em companhia aberta.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de fevereiro de 2025.

Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia.

NOTA 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, ressaltamos:

A) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- ii) É provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a Companhia.

Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

B) ATIVO CIRCULANTE

Demonstrado pelo valor de aplicação ou de aquisição, acrescido de rendimentos incorridos até a data do balanço. Os valores desses ativos, quando aplicável, foram deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo como por exemplo: três meses ou menos a contar da data da contratação.

C) ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função do seu imobilizado, tal como apresentado, atender de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do pronunciamento CPC 27 (Ativo Imobilizado). Além disso, a Administração da Companhia entende que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução

ao valor recuperável, quando requerido, é a prática contábil que melhor representa o seu ativo imobilizado.

Veículos	20% a.a.
Moveis e Utensílios	10% a.a.
Computador e Periféricos	20% a.a.
Equipamentos e Instalações	20% a.a.

D) PASSIVO CIRCULANTE

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

E) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A provisão do Imposto de Renda sobre o Lucro foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), com adicional federal de 10% (dez por cento), sobre a parcela excedente a R\$ 60 mil trimestrais e a Contribuição Social sobre o Lucro foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento), do lucro líquido, na forma que dispõe a legislação vigente.

F) DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

G) DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa referem-se às disponibilidades da Companhia representadas por montante em caixa, depósitos bancários e às aplicações financeiras.

	2024	2023
Caixa	1	1
Banco Conta Movimento	88.187	6.789
Aplicação Financeira	24.659	4081
Total	112.847	10.871

NOTA 6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

Os saldos classificados como Direitos Creditórios a Receber referem-se as antecipações de títulos, cheques, entre outros, realizadas pela Companhia.

	2024	2023
Títulos a Receber	304.779	171.219
(-) PCLD	(2.830)	(2.830)
Total	301.949	168.389

NOTA 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

As Outras Contas a Receber referem-se a adiantamentos realizados a funcionários e créditos com partes relacionadas da Companhia.

	2024	2023
Adiantamentos a empregados	76	76
Adiantamentos Férias e 13°	-	32
Total	76	108

NOTA 8. IMOBILIZADO

Trata-se dos bens tangíveis da companhia.

	2024	2023	TAXA
Veículos	197	197	20% a.a.
Móveis e Utensílios	259	248	10% a.a.
Computador e Periféricos	768	360	20% a.a.
Equipamentos e Instalações	1.549	1.520	10% a.a.
Construções em Andamentos	2	2	
Total	2.774	2.327	-

NOTA 9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

São obrigações a pagar relacionadas as operações de aquisição e securitização de direitos creditórios realizados pela Companhia.

	2024	2023
Títulos compromissados	79.435	22.553
Devoluções a Processar	-	273
Compromissadas c/ dir. creditórios	34.456	105
Renegociações a pagar	1.362	1.028
NC a pagar MB SEC	20.105	-
Total	135.358	23.959

Referem-se a direitos creditórios recebidos como garantia e repasses de valores a cedentes, previamente acordados e tomados como colateral nas operações.

NOTA 10. DEBÊNTURES

PRIMEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 2.500 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão	:	27 de fevereiro de 2012;
Modalidade	:	Simple não conversível em ações.
Garantia	:	Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal	:	R\$ 2.500.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da 1ª série será a variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. b) A base de remuneração da 2ª série será a variação mensal do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. c) A base de remuneração da 3ª série será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. d) A base de remuneração da 4ª série será de 150% (cento e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. e) A base de remuneração da 5ª série será de 1,3% (um vírgula três por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. f) A base de remuneração da 6ª série será de 1,5% (um vírgula cinco por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. g) A base de remuneração da 7ª série será de 1,8% (um vírgula oito por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

SEGUNDA EMISSÃO

Foram emitidas 5.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão	:	10 de novembro de 2014;
Modalidade	:	Simple não conversível em ações.
Garantia	:	Direitos creditórios da carteira de ativos.

Valor nominal : R\$ 5.000.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da **1ª série** será a variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será a variação mensal do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 150% (cento e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **e)** A base de remuneração da **5ª série** será de 1,3% (um vírgula três por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **f)** A base de remuneração da **6ª série** será de 1,5% (um vírgula cinco por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **g)** A base de remuneração da **7ª série** será de 1,8% (um vírgula oito por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

TERCEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 3.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 30 de julho de 2018;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 15.000.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da **1ª série** será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 140% (cento e quarenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 160% (cento e sessenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 180% (cento e oitenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

QUARTA EMISSÃO

Foram emitidas 3.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 10 de dezembro de 2019;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 30.000.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da **1ª série** será de 1% (um por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 0,90% (zero vírgula noventa por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 12 (doze) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 0,80% (zero vírgula oitenta por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de

resgate no prazo inferior a 06 (seis) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

QUINTA EMISSÃO

Foram emitidas 6.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 02 de junho de 2020;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 30.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 250% (duzentos e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 2 (dois) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 300% (trezentos por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 3 (três) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. Na ausência de apuração e/ou divulgação das referidas taxas por prazo superior a 30 (trinta) dias contados daquela data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal deverá ser convocado Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa divulgada conhecida na data de encerramento do último período até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

SEXTA EMISSÃO

Foram emitidas 20.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 03 de setembro de 2021;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 100.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 180% (cento e oitenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo que as debêntures desta série não possuem prazo mínimo para resgate. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 1,00% (um vírgula zero por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que prazo de mínimo para solicitação de resgate é de 6 (seis) meses, a contar da data de integralização. Na ausência de apuração e/ou divulgação das referidas taxas por prazo superior a 30 (trinta) dias contados daquela data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal deverá ser convocado Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa divulgada conhecida na data de encerramento do último

período até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

SÉTIMA EMISSÃO

Foram emitidas 10.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 18 de novembro de 2021;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 50.000.000,00

Base de Remuneração: 1,2% (um vírgula dois por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado

OITAVA EMISSÃO

Foram emitidas 16.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 15 de junho de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 80.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 0,8% (zero vírgula oito por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 0,9% (zero vírgula nove por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I expressa na forma de percentual ao mês, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 140% (cento e quarenta por cento) do C.D.I expressa na forma de percentual ao mês, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

NONA EMISSÃO

Foram emitidas 80.000.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 25 de agosto de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 80.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 50% (cinquenta por cento) do C.D.I, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

DÉCIMA EMISSÃO

Foram emitidas 8.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 26 de setembro de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 40.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 130% (cento e trinta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

DÉCIMA PRIMEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 40.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 05 de dezembro de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 200.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. A Emissora pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

DÉCIMA SEGUNDA EMISSÃO

Foram emitidas 50.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 06 de setembro de 2023;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 250.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será por TR – Taxa Referencial, calculada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. A Emissora pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

DÉCIMA TERCEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 20.000 debêntures em 5 séries conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 16 de novembro de 2023;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 100.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será 105% do CDI, **2ª série** 100% do CDI, **3ª série** 95% do CDI, **4ª série** 90% do CDI e **5ª série** 80% do CDI, expressos na forma de percentual ao ano. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

DÉCIMA QUARTA EMISSÃO

Foram emitidas 30.000 debêntures em 6 séries conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão	:	25 de outubro de 2024;
Modalidade	:	Simple não conversível em ações.
Garantia	:	Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal	:	R\$ 150.000.000,00

Base de Remuneração: a) **1ª série** será 110% do CDI, **2ª série** 105% do CDI, **3ª série** 95% do CDI, **4ª série** 90% do CDI, **5ª série** 80% do CDI e **6ª série** 70% do CDI, expressos na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

DÉCIMA QUINTA EMISSÃO

Foram emitidas 520.000.000 debêntures em 3 séries:

Data de emissão	:	19 de dezembro de 2024;
Modalidade	:	Simple não conversível em ações.
Garantia	:	Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal	:	R\$ 520.000.000,00

Base de Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures Seniores e das Debêntures Mezanino, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas das taxas médias diárias do DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ R\$ 250.754.786,00 representadas por 22.167.208 debêntures.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias com direito a voto de forma nominativa e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

RESERVA LEGAL

Conforme legislação vigente a reserva legal foi constituída, com limite de 20% por cento do Capital Social.

RESERVA DE LUCROS

Refere-se ao saldo de lucros acumulados, cuja destinação depende de deliberação em Assembleia pelos sócios.

No quarto trimestre de 2024 foram realizados ajustes para adequação de provisões da folha.

	2024	2023
Provisão S/ Férias	2.627.564	-
Provisão INSS S/ (13º Sal. + Férias)	669.941	-
Provisão FGTS S/ (13º Sal. + Férias)	179.107	-
Provisão S/ 13º Salário	(139.269)	-
Total	3.337.342	-

NOTA 12. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a deixa exposta a riscos financeiros como os riscos de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

No entanto, quando aplicável, o programa de gestão de risco global do Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração da Companhia identifica, avalia e a toma medidas visando proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

RISCO DE MERCADO

(i) RISCO CAMBIAL

Atualmente não existem operações que exponham a Companhia a riscos cambiais significativos, no entanto a administração estabeleceu uma política para que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações que vierem a ser expostas ao risco cambial, devem ter suas posições protegidas via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da administração da Companhia. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade, o que não ocorre no momento.

(ii) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating de risco moderado ou baixo. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do

cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As operações com os clientes são liquidadas em sua grande maioria por transferências.

(iii) RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão de fluxo de caixa é realizada também pela administração, sendo que ela monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos cotistas ou, ainda, realizar aumento de capital através de novas cotas ou ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

NOTA 13. DEMANDA JUDICIAIS

Não há demandas judiciais ou extrajudiciais de polo passivo classificadas por nossos consultores jurídicos com risco provável de perda que demandem registro nas demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 14. RELAÇÃO COM AUDITORES

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

NOTA 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de março de 2025 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao instrumento particular de escritura da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em 3 (três) séries, sendo a 1ª série e a 2ª série da espécie quirografária, ambas para distribuição pública, e a 3ª série da espécie subordinada, para colocação privada, da Multiplike Securitizadora S.A., lastreadas em direitos creditórios diversificados. Por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado pelo I) 2º (Segundo) Aditamento do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de

Debêntures Simples, em seu item 12, alínea “a”, que passa a dispor: “12) *BASE DE REMUNERAÇÃO: A base de remuneração do valor unitário das debêntures da 1ª série será de 160% (cento e sessenta por cento) do CDI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois dias úteis; (...))*”. II) 2º (Segundo) Aditamento do Instrumento Particular da 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, em seu item 11, que passa a dispor: “12) *BASE DE REMUNERAÇÃO: A base de remuneração do valor unitário das debêntures da 1ª série será de 160% (cento e sessenta por cento) do CDI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois dias úteis; (...))*”

VOLNEI EYNG
DIRETOR

LEANDRO JOSE SEMINOTTI
CONTADOR
CRC-PR 03 5882/O-9